

AdRA - ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, S. A.

CONSULTA PRÉVIA Nº PR/2024/06_CEA

AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO

CADERNO DE ENCARGOS

(página propositadamente deixada em branco)

ÍNDICE

Cláusula 1. ^a	5
Objeto	5
Cláusula 2. ^a	5
Elementos do contrato	5
Cláusula 3. ^a	5
Vigência	5
Cláusula 4. ^a	6
Obrigações do adjudicatário	6
Cláusula 5. ^a	7
Prazo de entrega	7
Cláusula 6. ^a	7
Entrega dos bens objeto do contrato	7
Cláusula 7. ^a	7
Verificação de conformidade	7
Cláusula 8. ^a	8
Objeto e prazo do dever do sigilo	8
Cláusula 9. ^a	8
Privacidade e proteção de dados pessoais	8
Cláusula 10. ^a	9
Patentes, licenças e marcas registadas	9
Cláusula 11. ^a	10
Preço	10
Cláusula 12. ^a	10
Condições de pagamento	10
Cláusula 13. ^a	10
Faturação eletrónica	10
Cláusula 14. ^a	11
Consulta preliminar ao mercado	11
Cláusula 15. ^a	12
Penalidades contratuais	12
Cláusula 16. ^a	12
Força maior	12
Cláusula 17. ^a	13

Resolução por parte da AdRA	13
Cláusula 18. ^a	13
Resolução por parte do adjudicatário	13
Cláusula 19. ^a	14
Retenção.....	14
Cláusula 20. ^a	14
Foro competente.....	14
Cláusula 21. ^a	14
Responsabilidade	14
Cláusula 22. ^a	15
Subcontratação e cessão da posição contratual	15
Cláusula 23. ^a	15
Comunicações e notificações	15
Cláusula 24. ^a	15
Contagem dos prazos	15
Cláusula 25. ^a	15
Legislação aplicável.....	15
ANEXO I.....	16
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	16
ANEXO II.....	19
CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO	19
I. E-mail enviado às entidades consultadas (cláusula 14. ^a , n.º 4):	20

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de material gráfico, pela “AdRA - Águas da Região de Aveiro, S. A.”, adiante designada por AdRA, com observância das especificações técnicas e das disposições normativas constantes do presente caderno de encargos e respetivos anexos.

Cláusula 2.^a

Elementos do contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela AdRA;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Vigência

O prazo de vigência do contrato é de 2 (dois) anos a contar da data da sua assinatura ou até perfazer o limite do valor contratual, aos preços unitários constantes da proposta adjudicada, consoante o evento que ocorrer primeiro, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Deveres do adjudicatário

Cláusula 4.^a

Obrigações do adjudicatário

I- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:

- a) Obrigação de entrega dos materiais impressos identificados no **Anexo I** ao presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de garantia dos bens, de acordo com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- c) Obrigação de cumprir os prazos de entrega referidos na sua proposta;
- d) Fornecer os materiais em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente caderno de encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como os demais documentos contratuais;
- e) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais e ambientais exigidos para os equipamentos a fornecer, tal como previstos no presente caderno de encargos e na legislação aplicável;
- f) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à contraente pública os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos materiais, objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
- g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os materiais, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela AdRA ou pelo Gestor do contrato por esta designado;
- h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato relacionado a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- i) Manter sigilo e garantir a confidencialidade não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nela se encontrem envolvidos.

2- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam em conformidade com as especificações definidas no **Anexo I** a este caderno de encargos.

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4- O adjudicatário é responsável perante a AdRA por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento da sua entrega.

Cláusula 5.^a

Prazo de entrega

A entrega dos materiais impressos deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de envio da arte final pela AdRA.

Cláusula 6.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

1- Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações da AdRA, sitas na travessa da rua da Paz, n.º 4, 3800-587 Cacia, ou, em casos pontuais, em local a definir pela AdRA, conforme vier a ser indicado nas notas de encomenda.

2- As entregas serão efetuadas ao longo da execução do contrato, consoante a necessidade, mediante notas de encomenda.

3- A receção dos bens na data da entrega é considerada provisória só se tornando definitiva após os mesmos terem sido devidamente verificados.

4- Os bens não conformes com as características/qualidade dos propostos e aceites, serão devolvidos ao fornecedor que procederá à sua substituição, sendo deste, os encargos daí resultantes.

5- Com a entrega dos bens ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

6- Todas as despesas e custos com o transporte do material impresso e respetiva entrega nas instalações da AdRA são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 7.^a

Verificação de conformidade

1- Efetuada a entrega dos bens, a AdRA procede, no prazo 5 (cinco) dias úteis, à inspeção quantitativa e qualitativa com vista a verificar se foram entregues as quantidades estabelecidas e se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2- No caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos e especificações gráficas dos ficheiros de arte final, a AdRA deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

3- No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela AdRA, às reparações ou substituições

necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

SUBSECÇÃO I

DEVER DE SIGILO

Cláusula 8.^a

Objeto e prazo do dever do sigilo

- 1-** O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AdRA, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2-** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3-** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4-** O dever de sigilo mantém-se em vigor mesmo após o termo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, bem como a obrigação de proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.^a

Privacidade e proteção de dados pessoais

- 1-** O adjudicatário obriga-se a cumprir a legislação comunitária e nacional referente à privacidade e à proteção de dados pessoais, obrigando-se a adotar as melhores diligências para a prossecução dos princípios de tratamento de dados pessoais.
- 2-** O adjudicatário obriga-se expressamente a utilizar e salvaguardar a informação confidencial, em particular de dados pessoais a que tenha acesso, única e exclusivamente para a boa execução do contrato celebrado, devendo garantir a execução de medidas técnicas e organizativas adequadas para satisfazer o referido no número anterior.
- 3-** O adjudicatário obriga-se a, por qualquer forma, direta ou indiretamente, não divulgar e tomar todas as medidas que estejam ao seu alcance para impedir a divulgação e manter a confidencialidade da informação ou documentação abrangida pelo dever de sigilo, nos termos dos números anteriores.
- 4-** O adjudicatário não pode fazer uso em benefício próprio, ou em benefício de terceiros, da informação confidencial que disponha, em particular de dados pessoais, a que tenha acesso ou que lhe sejam cedidos no âmbito do contrato celebrado, assim como não pode ceder essa informação confidencial a terceiros, ou efetuar qualquer alteração, sem solicitar

formalmente à AdRA, para o que esta deve, previamente e por escrito, conceder autorização expressa para tal.

5- O adjudicatário é responsável perante os titulares dos dados pessoais por qualquer violação no tratamento dos mesmos, sempre que o âmbito da execução do contrato os inclua, devendo ainda comunicar de imediato, sem demoras injustificadas, após ter tido conhecimento da violação dos dados pessoais à AdRA, sem prejuízo do direito de regresso exercido pela AdRA relativamente a eventuais coimas aplicadas por violação ao regulamento, demais legislação conexa e do contrato celebrado no âmbito do presente procedimento, sendo solidariamente responsabilizado por qualquer condenação.

6- No âmbito do contrato, o adjudicatário deve acautelar juntos dos seus subcontratados, após autorização, o respeito pelo cumprimento da legislação referente à proteção de dados pessoais, fornecendo apenas a quantidade de dados pessoais estritamente necessários para a execução do contrato, bem como no cumprimento dos princípios dos dados pessoais, vinculando-os aos referidos princípios, devendo estar sempre identificados a duração, natureza e finalidades do tratamento de dados pessoais, tipo de dados pessoais, categorias dos titulares dos dados e os riscos em relação aos direitos e liberdades dos mesmos, que devem ser previamente descritos pelo subcontratante.

7 - Extinguindo-se o contrato, o adjudicatário e seus subcontratados deverão apagar todos os dados pessoais que lhes foram fornecidos pela entidade adjudicante para a execução do contrato, eliminando todas as cópias existentes com os dados pessoais, com a exceção dos dados que devam ser preservados ao abrigo da legislação em vigor.

Cláusula 10.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1- Correm integralmente por conta do adjudicatário os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos bens objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, de quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2- Se a AdRA vier a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o adjudicatário por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

3- Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos fatos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do adjudicatário se este demonstrar que os mesmos são imputáveis à entidade adjudicante ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA AdRA

Cláusula 11.ª

Preço

- 1-** O preço contratual é de **70.000,00€ (setenta mil euros)**.
- 2-** Os preços base unitários são os definidos na Lista de Preços Unitários (LPU) em anexo às peças do procedimento.
- 3-** Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a AdRA deve pagar ao adjudicatário, nos termos da cláusula seguinte, com base nos preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 4-** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdRA, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.ª

Condições de pagamento

- 1-** As quantias devidas pela AdRA, nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela AdRA das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas depois do vencimento da obrigação respetiva.
- 2-** Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver, pelo adjudicatário, ao abrigo do contrato.
- 3-** Em caso de discordância por parte da AdRA, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4-** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 13.ª

Faturação eletrónica

- 1-** As faturas a apresentar pelo adjudicatário devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
- 2-** As faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP”.

3- Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:

- a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>;
- b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores em <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx>;
- c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5;

4- As faturas eletrónicas a emitir deverão cumprir, para além do definido no nº I do artigo 299º-B do CCP, o estabelecido no documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.

5- As faturas devem conter, entre outras indicações, a referência do concurso, o número da nota de encomenda e o correspondente item, sob pena de devolução daquelas e o consequente não reconhecimento das obrigações.

6- Caso exista necessidade de envio de documentos financeiros em formato PDF, o mesmo deverá ser efetuado, exclusivamente, para o endereço eletrónico: fatura.adra@adp.pt.

7- A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela AdRA não será objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 14.^a

Consulta preliminar ao mercado

1- Nos termos previstos no artigo 35º-A do CCP foram efetuadas consultas informais ao mercado, determinantes para definir os preços base unitários.

2- Foram consultadas as entidades abaixo identificadas, sendo que os preços propostos resultam nos preços base unitários do presente procedimento:

- a) Grafialba - Artes Gráficas, Unipessoal, Lda;
- b) Rebelo - Artes Gráficas, Lda;
- c) Artipol - Artes Tipográficas, Lda;
- d) Tipografia Minerva Central, Lda.

3- Em observância do disposto no artigo 35º-A, nº 3 do CCP, não foram fornecidos, às consultadas, quaisquer elementos que os pudessem colocar em vantagem concorrencial.

4- Para cumprimento do disposto no artigo 35º-A, nº 4 do CCP, o e-mail enviado às consultadas, com os elementos fornecidos para consulta, constam do **Anexo II** do presente caderno de encargos.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.^a

Penalidades contratuais

- 1-** Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdRA pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, pelo incumprimento das datas e prazos de fornecimento dos bens, objeto do contrato, até 10% do valor dos bens associados ao incumprimento.
- 2-** Na determinação da gravidade do incumprimento, a AdRA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 3-** A AdRA pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 4-** As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a AdRA exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.^a

Força maior

- 1-** Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2-** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3-** Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4-** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5-** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte da AdRA

- 1-** Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e do direito de indemnização nos termos gerais, pode a AdRA resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente quando a entrega de qualquer bem objeto do fornecimento se atrase por mais de 5 (cinco) dias ou o adjudicatário declarar por escrito que o atraso na entrega excederá esse prazo.
- 2-** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela AdRA.
- 3-** A resolução sancionatória do contrato de aquisição de bens, pelo incumprimento definitivo do contrato pelo adjudicatário, constitui a entidade adjudicante no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 810.º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 20% do preço contratual.
- 4-** O disposto no número anterior não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.
- 5-** Os valores referidos nos n.º 3 e 4 da presente cláusula, serão deduzidos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 333.º do CCP, das quantias devidas e/ou pela execução das garantias prestadas e/ou prosseguido judicialmente, quando não for pago voluntariamente pelo adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias após notificação da decisão de resolução sancionatória pela entidade adjudicante.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do adjudicatário

- 1-** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses;

b) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à AdRA, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO

Cláusula 19.ª

Retenção

1- Não é exigida prestação de caução mas, a fim de garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do CCP, poderá a AdRA, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

2- Se tiver sido esse o caso, o valor retido a que se refere o número anterior é liberado nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 20.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.ª

Responsabilidade

O adjudicatário é o único responsável pelos danos provocados a pessoas e bens originados pelo carácter defeituoso do fornecimento, ainda que resultantes de descuido, incúria ou má-fé dos agentes que tenha ao seu serviço, cabendo-lhe ressarcir os mesmos.

Cláusula 22.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1- O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da AdRA.
- 2- A autorização prevista no ponto anterior estará sempre sujeita ao estipulado no artigo 316º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras, as notificações e comunicações entre as partes do contrato serão dirigidas, nos termos do disposto no CCP, à respetiva sede contratual.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS BENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

Descrição	Quantidades estimadas (2 anos)	Quantidade mínima por encomenda
Cartazes A2, 4x0 cores, off set, papel couché mate, mínimo 170gr	1 500	240
		20
Cartazes 50x70cm, 4x0 cores, digital, papel couché mate, mínimo 170gr	100	10
Brochuras, 28 páginas 20cmx20cm, aberto o plano tem 40cm x20cm (7 folhas no total), impressão 4x4, papel couché mate 170 grs, acabamento com 2 pontos de agrafe	5 000	2 500
Monofolhas 99x210mm, 4x0 cores, papel couché glossy, mínimo 135gr	24 000	2 000
Monofolhas 99x210mm, 4x0 cores, papel couché glossy, mínimo 130gr	1 420 500	142 500
Condições:		
5 dias após entrega de arte final		
135.000 a serem entregues em local a ser definido pela AdRA		
7.500 a serem entregues na AdRA		
Trípticos A4, 297x210mm, 4x4 cores, papel couché glossy, mínimo 135gr, off set	285 000	142 500
Condições:		
5 dias após entrega de arte final		
135.000 a serem entregues em local a ser definido pela AdRA		
7.500 a serem entregues na AdRA		
Dípticos 198mmx210mm, 4x4 cores, papel couché glossy, mínimo 135gr, off set	4 000	2 000
Condições:		
5 dias após entrega de arte final		
135.000 a serem entregues em local a ser definido pela AdRA		
7.500 a serem entregues na AdRA		
Calendários A5 c/ argolas, estrutura cabana 370x210mm, 13 folhas, 4x4 cores, off set, papel couché	1 000	500
Cabana cartolina 300gr/ folhas 130gr mínimo, couché matte		
Plannings de mesa 480x325mm, 20 folhas coladas topo ior 100gr, base ior 300gr, 4x0 cores	800	500
Capas plastificadas 1 lado, aba colada, para clientes 4x4 cores, couché mate 350grs, plano aberto 58cm x 41,5cm	8 000	2 000

Capas internas 4x0 cores, couché mate 350grs, plano aberto 58cm x 41,5cm	4 000	2 000
Envelopes "Roteiro da Água" A3, em CLA 180gr, impressão 4/4 cores, acabamento com 4 dobras	4 000	200
Línguas (mensagem da Direção de Clientes), 99x200mm, cartolina couché mate 300gr, impressão 4/0 cores, acabamento com 1 vinco	12 000	2 000
Diplomas "Guardião da Água" A4, papel 170gr, impressão 4/0 cores	3 600	200
Livro impressos 228.01 "Folha Visitante" A6, papel autocopiativo, 2x100, agrafados, numerados e picotados	50	50
Livro impressos 23/20, A4, 3x50, papel autocopiativo, agrafados, numerados e picotados	1 000	100
Livro impressos 25/20, A4, 3x50, papel autocopiativo, agrafados, numerados e picotados	400	100
Livro impressos 28/20, A4, 2x50, papel autocopiativo, agrafados, duas numerações e dois picotes	10	10
Livro impressos 29/20, A5, 3x50, papel autocopiativo, agrafados, numerados e picotados	20	20
Livro impressos 383/20, A4, 3x50, papel autocopiativo, agrafados, numerados e picotados	500	100
Papel branco A4, com picote, distância inferior do picote de 83mm	6 000	2 000
Papel verso OS, 1 impressão, com picote branco A4, distância inferior do picote de 83mm	20 000	6 000
Papel verso OS, 1 impressão, com picote verde A4, distância inferior do picote de 83mm	20 000	6 000
Livro impressos 29/20, A5, 3x50, papel autocopiativo, agrafados, numerados e picotados	20	20
Bloco "Micromedição", cores branco, laranja, verde, azul, formato 80mmx80mm c/ 50 folhas, base cartolina e colado no topo	500	10

NOTAS:

- As quantidades indicadas devem ser consideradas apenas como referência, podendo as mesmas variar de acordo com as necessidades da AdRA;
- Durante a vigência do contrato, caso sejam identificadas necessidades diferentes das acima identificadas, poderão ser adquiridos outros tipos de material gráfico. Neste caso, a aquisição só será realizada sob orçamento e após aprovação expressa da AdRA.

ANEXO II

CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO

I. E-mail enviado às entidades consultadas (cláusula 14ª, nº 4):

CONSULTA PRELIMINAR - PEDIDO DE ORÇAMENTO/PROPOSTA



AdRA - Logística
Para

Responder Responder a Todos Reencaminhar

qua 30/10/2024 15:19

Bcc 'grafialba@sapo.pt'; [Orcamentos Rebelo AG](mailto:'Orcamentos Rebelo AG'); [info@artipol.net](mailto:'info@artipol.net'); [geral@tipografiaminervacentral.pt](mailto:'geral@tipografiaminervacentral.pt')

Esta mensagem foi enviada com importância Alta.



LPU.xlsx
18 KB

Exmos. senhores,

Para os efeitos previstos no nº I do artigo 35º-A, do Código dos Contratos Públicos, venho por este meio solicitar a v. exas. o envio de orçamento/proposta considerando os serviços de impressão de material gráfico, de acordo com o ficheiro em anexo, considerando, para efeitos de preços unitários, a quantidade mínima por encomenda.

Cumprir informar que os preços indicados não são vinculativos, sendo ponderados unicamente para a definição dos preços médios unitários a considerar no procedimento de contratação pública que se pretende promover para a aquisição dos referidos bens.

Agradeço a vossa melhor atenção ao solicitado e o envio de orçamento/proposta até ao dia **7 de novembro**, às 18h00.

Com os melhores cumprimentos,

Anabela Carvalhinhos
Compras e Logística | Compras



ÁGUAS DA REGIÃO
DE AVEIRO
Grupo Águas de Portugal

Apartado 3144 EC Taboiera | 3801-101 Aveiro | Travessa Rua da Paz nº.4 3800-587
Tel: 234 910 200 | fax: 234 910 299
www.adra.pt

